



XI CONGRESSO
USNA / CGTP-IN

ORGANIZAR. MOBILIZAR.
COM A LUTA DOS TRABALHADORES,
CONSTRUIR O FUTURO DO NORTE ALENTEJANO

22 Fevereiro 2019

MÁQUINA * AUDITÓRIO
FUNDAÇÃO ROBINSON

9 horas



PROGRAMA DE ACÇÃO

2019 - 2023

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	2
2, Evolução da Situação Económica e Social no Norte Alentejano.....	3
2.1. População em queda continuada e a envelhecer.....	3
2.2. Recuperação da economia após um período longo de decréscimo.....	4
2.3. Terciarização da economia.....	5
2.4. Emprego com maior dependência dos serviços.....	6
2.5. Precariedade elevada.....	8
2.6. Perda de poder de compra salarial.....	9
2.7. Um baixo poder de compra regional e pobreza acima da média nacional.....	11
2.8. Insolvências têm diminuído.....	13
2.9. Persiste uma insuficiente protecção no desemprego.....	13
2.10. Aumentam os acidentes de trabalho.....	15
2.11. Necessidade de mais profissionais de saúde no distrito.....	17
2.12. Encerramento de dezenas de escolas.....	18
2.13. Pensões muito baixas.....	19
3. Organização, Unidade e Luta.....	21
3.1. Sindicalizar e alargar a influência.....	21
3.2. A organização no local de trabalho.....	24
3.3. A acção sindical integrada.....	26
3.4. Estruturação administrativa e financeira.....	27
3.5. O futuro do movimento sindical.....	27
3.6. Formação sindical.....	28
3.7. Organizações específicas.....	28
3.7.1. A Interjovem.....	28
3.7.2. A Inter-reformados.....	29
3.7.3. A Comissão pela Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH).....	29
3.8. A comunicação sindical.....	30
4. Dinâmica e acção.....	30
4.1. A acção e a luta nos locais de trabalho e na rua.....	30
4.2. A contratação colectiva.....	31
4.3. A precariedade.....	32
4.4. Salários.....	33
4.5. Horários e condições de trabalho.....	34
5. Defender os serviços públicos e o direito a viver no Norte Alentejano.....	35
5.1. Combater a privatização, valorizando os serviços públicos e os seus trabalhadores.....	35
5.2. Defender a universalidade das funções sociais do estado, combatendo a municipalização.....	37
5.3. Por um poder local democrático.....	38
6. O emprego com direitos e o desenvolvimento do Norte Alentejano.....	39
6.1. Regionalização.....	39
6.2. A participação institucional.....	39
6.3. A cooperação internacional.....	40

1. INTRODUÇÃO

Os últimos anos, decorridos após uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e do povo, foram anos de intensificação da acção reivindicativa, nos locais de trabalho e na rua.

Conhecidas as consequências da política dos governos do PS (entre 2005 e 2011) e do governo PSD-CDS/PP (entre 2011 e 2015) após a entrada da *Troika* em Portugal, era necessário um longo caminho de reposição no governo cuja formação resultou das condições sociais criadas pela luta dos trabalhadores.

O processo de reposição de direitos não foi no, entanto, suficiente para combater o empobrecimento dos que trabalham.

Apesar das condições criadas, os problemas de fundo dos trabalhadores portugueses mantiveram-se ao longo desta última legislatura: as normas gravosas da legislação laboral, a precariedade, os baixos salários, a desregulação dos horários de trabalho.

Em junho de 2018 a proposta de lei nº136/XIII foi aprovada na generalidade pelo grupo parlamentar do PS com a abstenção dos partidos de direita. Esta proposta de lei não só não alterou as normas gravosas da legislação laboral como as agravou, prevendo o alargamento do período experimental de 3 para 6 meses, a passagem de 15 para 35 dias dos contratos de muita curta duração, a legitimação da precariedade com a aplicação de taxas e a instituição do banco de horas grupal. A opção política de manutenção do modelo de trabalho precário e de baixos salários clarificou-se com a aprovação deste “pacote laboral” conduzindo à intensificação da luta dos trabalhadores.

Não foi promovida uma política de redistribuição da riqueza, de investimento público e de confronto com os interesses dos grandes grupos económicos que lucraram com a chamada política de austeridade de governos anteriores. O país continuou a submeter-se aos ditames de uma União Europeia que insiste na mesma política de corte nos direitos do trabalhadores e do povo, como forma de pagar uma dívida impagável nas regras que foram estabelecidas.

A luta dos trabalhadores permitiu a reposição de direitos como os 25 dias de férias e as 35 horas semanais na administração pública e o aumento do salário mínimo nacional ainda que abaixo dos valores defendidos pela CGTP-IN e ainda de direitos sociais,

como a alteração das normas de atribuição do abono de família e dos subsidio de desemprego e de alguns avanços na valorização das longas carreiras contributivas.

Nos próximos anos terão lugar eleições europeias e legislativas, em 2019 e 2023, e autárquicas e presidenciais em 2021. A participação cívica de todos os trabalhadores nestes processos é decisiva e reveste-se de elevada importância para o nosso futuro colectivo. No entanto, como a história da nossa central, que fará 50 anos em 2020, nos tem demonstrado, a luta organizada e em unidade dos trabalhadores e a dinâmica e visibilidade das suas acções reivindicativas são imprescindíveis para avançar nos seus direitos.

O emprego com direitos é fundamental para o progresso do país no seu todo e para as suas regiões em particular e é esta a reivindicação central da nossa acção.

2. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO NORTE ALENTEJANO

2.1. População em queda continuada e a envelhecer

O distrito de Portalegre perdeu um quinto da população entre 1991 e 2017. Passou de 134,2 mil habitantes no início da década de 90 para 107 mil em 2017, ou seja, perdeu mais de 27 milhares em 26 anos.

No mesmo período a população do país aumentou 3,4%, embora a partir de 2011 se tenha iniciado um período de perdas anuais. Todavia, ao contrário do distrito, o saldo continua positivo face a 1991.

A perda de população no distrito intensificou-se a partir de 2011, com quebras anuais superiores a 1%.

Ainda que parte da diminuição da população residente se possa ter ficado a dever a questões demográficas (menos nascimentos e mais mortes devido ao envelhecimento da população), uma parte é explicada pela falta de emprego e de condições de trabalho que levou muitos trabalhadores a abandonar o distrito em busca de melhores condições de vida e de trabalho, seja para outras zonas do país, seja para o estrangeiro.

As taxas de crescimento efectivo, bem como o crescimento natural e o migratório, corroboram os dados anteriores.

As taxas de natalidade e índice de fecundidade são inferiores à média nacional e, em contrapartida, os índices de envelhecimento são significativamente mais altos.

A longevidade é mais alta no distrito do que na média nacional, o que é positivo. No entanto, a escassez relativa de população jovem tem como resultado um distrito bastante mais envelhecido que a média nacional e com maior dependência de idosos, sendo também, em geral, mais baixo o índice de renovação da população em idade activa.

Trata-se ainda de um distrito com muito baixa densidade populacional, embora com densidades muito díspares entre os diferentes concelhos.

Indicadores de população por município, 2017									
	Densidade populacional	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa bruta de natalidade	Índice sintético de fecundidade	Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população em idade activa	Índice de dependência de idosos/os
	N.º/km ²	%			‰	N.º			
Portugal	111,6	- 0,18	- 0,23	0,05	8,4	1,37	155,4	78,7	33,3
Distrito de Portalegre	17,6	- 1,42	- 0,94	- 0,48	6,8	1,30	235,0	69,7	44,7
Alter do Chão	8,9	- 1,05	- 1,36	0,31	7,1	x	264,7	71,6	48,3
Arronches	9,2	- 1,43	- 1,67	0,24	7,2	x	388,7	97,0	50,1
Avis	7,1	- 1,16	- 1,25	0,09	4,9	x	309,9	82,8	49,3
Campo Maior	32,5	- 1,15	- 0,38	- 0,77	7,2	x	151,0	87,4	34,4
Castelo de Vide	11,4	- 1,52	- 1,29	- 0,23	7,6	x	326,5	70,4	50,0
Crato	8,2	- 1,50	- 1,16	- 0,34	7,3	x	380,9	54,0	60,6
Elvas	33,3	- 1,29	- 0,57	- 0,71	7,6	x	179,5	75,8	36,1
Fronteira	12,1	- 1,55	- 1,61	0,07	3,6	x	240,3	62,6	46,6
Gavião	11,7	- 2,49	- 2,06	- 0,43	5,2	x	416,9	62,7	64,0
Marvão	20,2	- 1,56	- 1,27	- 0,29	7,9	x	347,0	71,5	57,0
Monforte	7,2	- 1,28	- 0,99	- 0,30	7,9	x	182,1	90,9	40,4
Nisa	10,9	- 2,42	- 2,07	- 0,35	4,4	x	395,0	67,1	63,9
Ponte de Sor	18,2	- 1,33	- 0,79	- 0,54	7,1	x	227,4	66,2	42,4
Portalegre	50,6	- 1,30	- 0,63	- 0,66	6,8	x	212,4	57,3	43,3
Sousel	16,2	- 1,53	- 1,05	- 0,48	7,7	x	282,5	75,2	51,1

.INE, Estimativas anuais da população residente

2.2. Recuperação da economia após um período longo de decréscimo

O PIB do Norte Alentejo¹ era cerca de 1,59 mil milhões de euros no ano de 2017² e representava menos de 1% do PIB nacional.

Após um período algo longo de queda da riqueza produzida no distrito, os últimos anos têm sido de crescimento. Entre 2005 e 2013 só houve crescimento real do PIB no

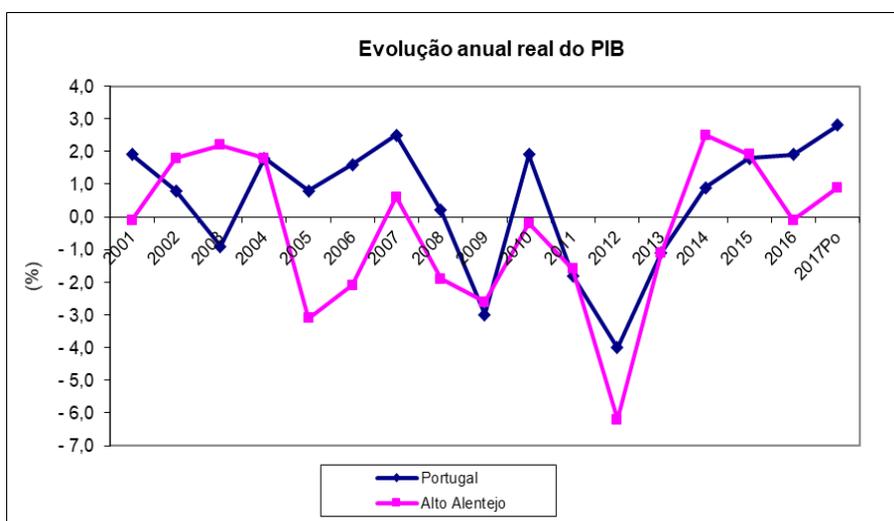
¹ Usaram-se dados da NUT III Alto Alentejo, que corresponde na totalidade ao distrito de Portalegre.

² Último ano disponível.

ano de 2007, uma evolução ainda mais negativa que a do conjunto do país (onde o PIB só começou a cair em 2009).

Tal como país, também o distrito foi duramente atingido pela política de exploração e empobrecimento levada a cabo pelo Governo PSD/CDS durante o período de intervenção da Troika, tendo havido uma quebra do PIB em termos reais particularmente acentuada em 2012 (-6,2%), registando-se uma queda superior à média nacional.

A partir de 2014 há uma recuperação do PIB, com o abrandar de algumas medidas que tinham tido consequência negativas muito rápidas e profundas nos anos anteriores, a que se somaram efeitos positivos da declaração de inconstitucionalidade de várias medidas do anterior governo, que tiveram impacto sobre o rendimento de trabalhadores e pensionistas e consequentemente sobre o consumo e o crescimento económico. O mesmo aconteceu em 2015. Em 2016, ao contrário do que se verificou no país, houve um pequeno decréscimo, e em 2017 os dados provisórios apontam para novo crescimento mas mais moderado.



Fonte: INE, Contas Nacionais. Po - dados provisórios

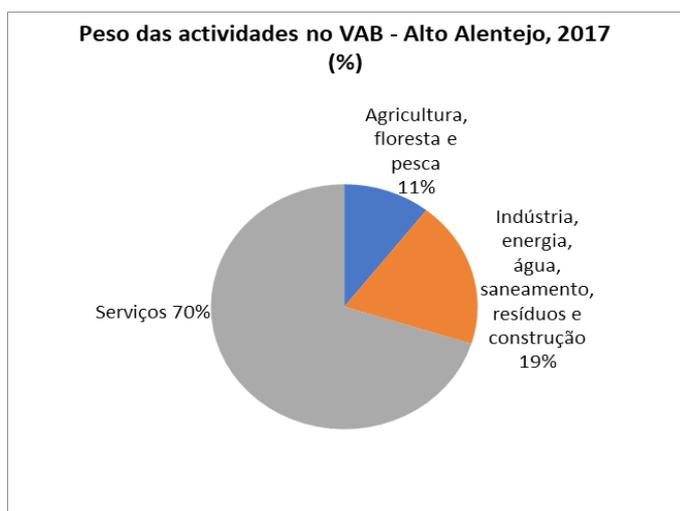
2.3. Terciarização da economia

A estrutura económica do Norte Alentejo depende em grande parte dos serviços, que são responsáveis por 70% do VAB distrital³ (um valor abaixo da média nacional que é

³ Idem nota 1.

de cerca de 76%), seguindo-se a indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção, com 19% e a agricultura e floresta com 11%.

A importância dos serviços no total reforçou-se desde 2000 - altura em que o seu peso era de 60% - em detrimento da agricultura e da indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção cujo peso na altura era, respectivamente de 16% e 24%.



Fonte: Contas Regionais, INE

2.4. Emprego com maior dependência dos serviços

Em 2017 havia 42,1 mil pessoas empregadas no distrito, aqui se incluindo quer o emprego assalariado, quer o emprego por conta própria. O **emprego total** caiu 20% entre 2005 e 2013, tendo começado a recuperar a partir de 2014. Contudo, ainda não foi suficiente para recuperar o nível anterior. Em 2017 havia menos 8 mil postos de trabalho que em 2004, ou seja, menos 16%.

As actividades mais afectadas pela destruição de emprego foram a indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção, que perderam no seu conjunto perto de metade (45%) do emprego entre 2004 e 2016⁴, num total de 5,3 mil postos de trabalho.

O distrito tem vindo a perder emprego nestas actividades desde 2003. Só em 2007, 2014 e 2015 é que o emprego cresceu, tendo havido novo decréscimo em 2016.

Segue-se a agricultura e floresta com 21,5% do emprego destruído desde 2004, correspondendo a menos 1,9 mil postos de trabalho. Também aqui a perda de

⁴ Nos dados sectoriais o último ano disponível é 2016.

emprego tem sido quase uma constante desde 2003, havendo apenas três anos de crescimento.

Os serviços tiveram uma perda de 3,8% do emprego entre 2004 e 2016, ou seja, menos 1,1 mil postos de trabalho, ao contrário do que se verificou no país onde, pese embora alguns anos de decréscimo, o emprego nos serviços cresceu 7% no conjunto do período.

Tendo a evolução dos serviços sido menos desfavorável que nos outros sectores, o seu peso no emprego total reforçou-se (67% em 2016 face a 58% em 2004), sendo este o sector dominante no distrito.

Este reforço foi conseguido sobretudo em contrapartida da perda de importância da indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção, cujo peso passou de cerca de 24% em 2004 para menos de 16% em 2016. Já a agricultura e floresta, embora em perda em números absolutos, viu o seu peso decrescer apenas 1 ponto percentual neste período, mantendo-se nos 17% em 2016.

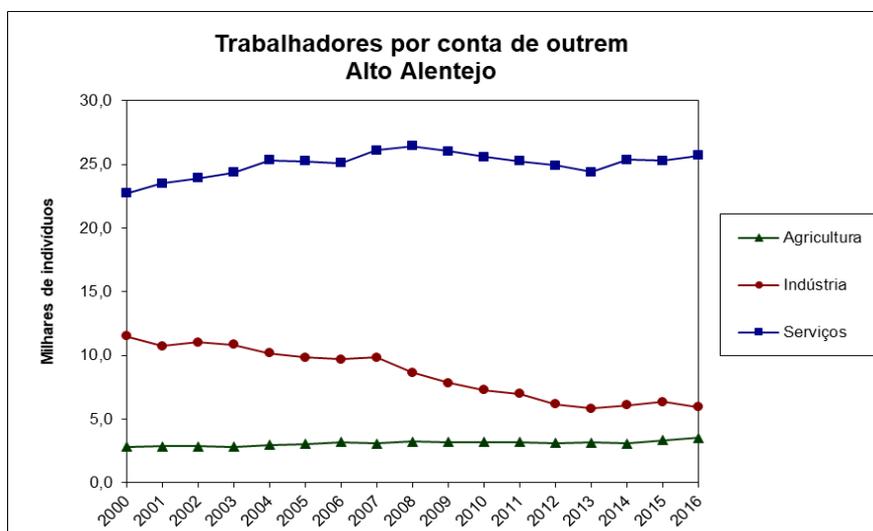
O **emprego por conta de outrem** abrange 35,2 mil trabalhadores e representa 84% do emprego total no distrito. O emprego assalariado teve uma quebra de 13% entre 2004 e 2013, estando a aumentar desde 2014. Todavia, em 2016 não se tinha ainda recuperado o nível de 2004, havendo 3,3 mil postos de trabalho a menos, correspondendo a uma perda 8,7%.

A maioria do emprego assalariado (73%) concentra-se nos serviços, 17% na indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção e 10% na agricultura e floresta.

No período entre 2004 e 2016 só se perdeu emprego na indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção (cerca de 42% de quebra, ou seja, menos 4,2 mil postos de trabalho), ficando estas actividades com apenas 5,9 mil trabalhadores em 2016 face a 10,2 mil em 2004. Nos anos mais recentes houve uma recuperação em 2014 e 2016, com crescimentos de 4,6% e 4,3%, respectivamente, mas em 2016 foram destruídos 6,7% dos postos de trabalho existentes no ano anterior.

Quer a agricultura e floresta, quer os serviços, tiveram um saldo positivo do emprego neste período, não obstante alguns anos de decréscimo. Em 2016 havia 3,5 mil trabalhadores assalariados na agricultura e floresta (cerca de metade do emprego total no sector) e 25,7 mil nos serviços. Ambos os sectores reforçaram o seu peso no total

face a 2014 em contrapartida da indústria, electricidade, gás, água, resíduos e construção.



Fonte: INE, Contas Nacionais. A indústria inclui a electricidade, gás, água, saneamento, gestão de resíduos, despoluição e construção.

2.5. Precariedade elevada

A precariedade do emprego é elevada e tem aumentado, abrangendo pelo menos 27,5% dos trabalhadores em 2015⁵. Atinge em particular os jovens (43% dos trabalhadores com menos de 35 anos têm contratos a termo), representando estes cerca de 45% do total dos trabalhadores com contratos precários no distrito. Entre os 18 e os 24 anos este tipo de vínculo atinge os 68%.

Em 2010 a precariedade era de 21% em termos globais, sendo de 29% entre menores de 35 anos e 46% no grupo dos 18 aos 24 anos.

Actualmente são os trabalhadores homens os mais afectados pela precariedade. Assim, 28,5% dos homens têm contratos não permanentes face a 26,5% entre as mulheres do distrito.

Tal como acontece no conjunto do país, o tipo de contrato a prazo mais utilizado no distrito é o contrato a termo certo (70% dos contratos a termo apurados pelos Quadros de Pessoal), seguindo-se a grande distância o contrato a termo incerto (28%) e outros tipos de contrato que não se enquadram nas formas anteriores como, por

⁵ Medida pelo número de contratos a termo detectados nos Quadros de Pessoal. Não inclui o falso trabalho independente.

exemplo, os contratos de trabalho de muito curta duração (2%). O contrato a termo para prestação de teletrabalho não tem quase expressão.

Número de trabalhadores por conta de outrem segundo o tipo de contrato a termo no distrito de Portalegre, 2015

	TOTAL	% no total de contratos a termo
Contrato de trabalho com termo certo	3720	70,1
Contrato de trabalho com termo incerto	1481	27,9
Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho com termo certo	1	0,0
Outros	108	2,0
Total de contratos a termo	5310	100,0
Peso dos contratos a termo nos TPCO (%)	27,5	

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSSS

No que diz respeito aos salários, e uma vez que não dispomos de dados por distrito, incluem-se os dados da média do continente. Verifica-se que, com excepção do teletrabalho a termo incerto, o salário/hora é sempre mais elevado no caso dos contratos sem termo/por tempo indeterminado. Os mais mal pagos são os trabalhadores com contratos de trabalho celebrado com empresas de trabalho temporário, que recebem menos de 60% do que recebe um trabalhador efectivo.

Este diferencial não se tem alterado nos últimos, sendo este um dos motivos principais para o patronato submeter os trabalhadores a esta exploração, a par da disponibilidade de mão-de-obra facilmente descartável e com menos direitos.

A precariedade é a primeira causa do desemprego a nível nacional e também em Portalegre. Em Novembro de 2018, 56% dos desempregados que se inscreveram ao longo do mês fê-lo por esse motivo.

2.6. Perda de poder de compra salarial

Em 2017 a remuneração base média mensal bruta dos trabalhadores por conta de outrem do distrito foi de 784 euros, 17% abaixo da média do Continente.

Apesar do aumento nominal de 43 euros entre 2010 e 2017, neste último ano os trabalhadores ainda estavam a perder poder de compra em relação a 2010 (25 euros, o que corresponde a menos 3,1%).

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

	Euros		Diferença % Continente 2017	Variação nominal face a 2010 (Euros)	Variação real face a 2010 (Euros)	Variação real face a 2010 (%)
	2010	2017				
Média do Continente	900	943	-	43	-39	-4,0
Aveiro	798	866	8,1	68	-5	-0,6
Beja	750	798	15,3	49	-20	-2,5
Braga	718	788	16,5	70	4	0,5
Bragança	693	746	20,9	53	-11	-1,5
Castelo Branco	700	764	18,9	65	1	0,1
Coimbra	802	834	11,5	33	-41	-4,7
Évora	767	820	13,1	53	-17	-2,1
Faro	789	811	14,0	22	-51	-5,9
Guarda	692	744	21,1	53	-11	-1,4
Leiria	781	834	11,6	53	-19	-2,2
Lisboa	1153	1172	-24,3	18	-87	-6,9
Portalegre	741	784	16,9	43	-25	-3,1
Porto	854	908	3,7	54	-24	-2,6
Santarém	774	823	12,7	49	-22	-2,6
Setúbal	917	990	-4,9	72	-12	-1,2
Viana do Castelo	709	782	17,0	73	8	1,0
Vila Real	711	777	17,6	66	1	0,1
Viseu	724	769	18,5	45	-21	-2,7

.Fonte: Quadros de Pessoal 2016, GEP/MTSS. Remunerações dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, que auferiram remuneração completa.

A Administração Pública paga, em média, salários mais elevados do que o sector privado, dado que a média das habilitações é mais elevada⁶. Os trabalhadores do sector perderam ainda mais poder de compra do que os do sector privado, uma vez que os salários não actualizados desde 2009 e tiveram cortes nominais que não foram devolvidos. Entre 2010 e 2017 perderam 9,1% de poder de compra salarial, mas se se alargar ao período 2008-2018, a perda é superior a 10% só por via da ausência de actualizações salariais anuais.

⁶ Reportamos aos dados nacionais, uma vez que não dispomos de dados por distrito.

Voltando ao sector privado e público empresarial, verifica-se que as mulheres trabalhadoras têm, em média, salários inferiores em 14,6% aos dos seus companheiros de trabalho, mas em Avis, Campo Maior, Gavião e Ponte de Sôr o diferencial é superior.

O quadro seguinte contém também dados das remunerações média base por concelho, mostrando os diferenciais existentes. Em quatro concelhos a remuneração média mensal não chegava aos 700 euros para a média de ambos os sexos.

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por concelho segundo o sexo, 2017

	Euros			%
	Total	Homens	Mulheres	M/H
Alter do Chão	723	777	684	88,1
Arronches	713	719	710	98,7
Avis	717	785	652	83,1
Campo Maior	1022	1125	892	79,2
Castelo de Vide	718	765	685	89,6
Crato	668	682	659	96,5
Elvas	720	746	687	92,1
Fronteira	727	753	697	92,6
Gavião	701	790	649	82,2
Marvão	672	699	650	92,9
Monforte	786	836	732	87,6
Nisa	678	742	637	85,9
Ponte de Sôr	786	864	703	81,4
Portalegre	795	842	742	88,1
Sousel	686	713	656	92,0
Distrito de Portalegre	784	844	720	85,4

Fonte: Quadros de Pessoal 2017, GEP/MTSS

2.7. Um baixo poder de compra regional e pobreza acima da média nacional

O peso do distrito no poder de compra total do país era inferior a 1% em 2015. O peso no total está associado quer ao fraco peso da população do distrito no total, quer ao baixo rendimento *per capita*.

Assim, o poder de compra *per capita* (medido pelo Indicador per Capita) situava-se abaixo da média nacional em quase todos os concelhos do distrito com excepção de Portalegre. O Indicador *per Capita* pretende traduzir o poder de compra por habitante

manifestado quotidianamente em cada território, sendo definido o valor de 100,00 na média nacional.

Destaca-se Marvão e Sousel onde o poder de compra *per capita* não atinge sequer os 70% da média nacional. A maioria dos concelhos não atinge sequer o valor da NUT III Alentejo.

2015	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra
Portugal	100,00	100,000
Alentejo	91,04	6,377
Alter do Chão	74,39	0,024
Arronches	72,80	0,021
Avis	75,36	0,032
Campo Maior	95,16	0,076
Castelo de Vide	82,58	0,025
Crato	71,85	0,023
Élvas	91,24	0,190
Fronteira	75,32	0,022
Gavião	71,16	0,025
Marvão	66,29	0,021
Monforte	76,51	0,023
Nisa	74,70	0,048
Ponte de Sor	85,92	0,131
Portalegre	105,70	0,237
Sousel	69,45	0,031
Distrito de Portalegre	-	0,929

Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2015, INE

O distrito de Portalegre insere-se numa região que tem uma taxa de pobreza superior à média do país. Apesar de não se conhecer o número de pobres no distrito, sabe-se que, em 2017, 17% da população da NUT II Alentejo vivia na pobreza.

Taxa de risco de pobreza - 2017

2017 (Po)	%
Portugal	17,3
Norte	18,6
Centro	18,6
Área Metropolitana de Lisboa	12,3
Alentejo	17,0
Algarve	18,6
R.A. Açores	31,5
R.A. Madeira	27,4

Fonte: EU-SILC/Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (INE)

Po - Valor provisório

2.8. Insolvências têm diminuído

As insolvências começaram a aumentar no distrito a partir de 2010. No entanto, em 2012, em consequência da política desastrosa do Governo PSD/CDS, o número de insolvências subiu consideravelmente (passou de 26 em 2011 para 47 em 2012). De 2013 a 2015 foram menos as empresas que pediram insolvência, mas, mesmo assim, foram mais de 30 por ano.

Só a partir de 2016 se notou novo decréscimo, mas ainda em torno das 18/20 por ano. Esse deverá ser o número aproximado de 2018, uma vez que até Novembro tinham pedido insolvência 16 empresas.

Número de insolvências de empresas no distrito de Portalegre

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 - Novembro
12	15	28	26	47	31	31	32	20	18	16

.Informação da responsabilidade da empresa Infotrust com base nas entidades com processos judiciais com publicação no portal Citius do Ministério da Justiça.

2.9. Persiste uma insuficiente protecção no desemprego

Em Novembro de 2018 havia 4.036 desempregados inscritos nos centros de emprego com origem no distrito. O desemprego registado subiu significativamente desde

meados de 2011 até ao início de 2013, altura em que começou a diminuir (embora com algumas oscilações) sendo essa a tendência actual.

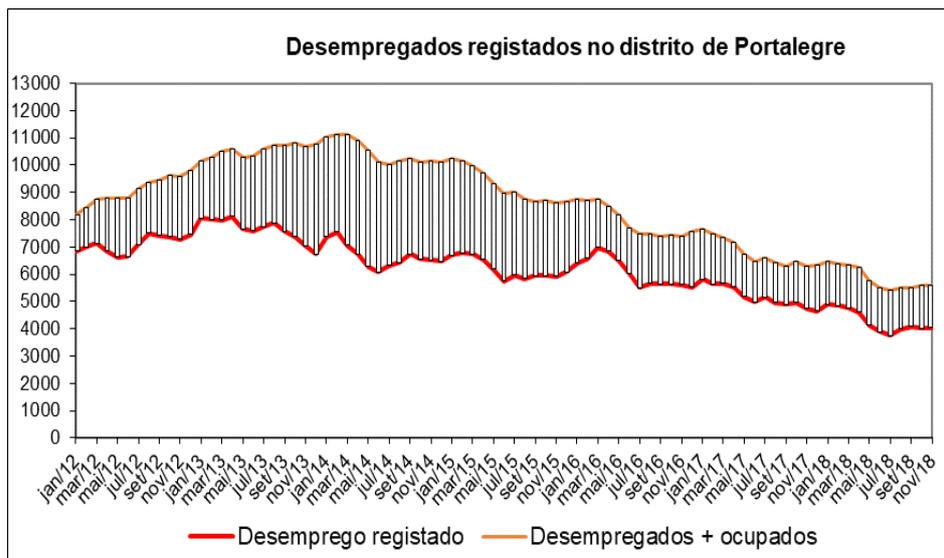
No entanto, uma parte dessa diminuição deve-se à utilização massiva das chamadas medidas activas de emprego, como os estágios profissionais, os contratos emprego inserção e a formação profissional, cujo peso no total do desemprego passou de 16% no início de 2012 para 28% em Novembro de 2018⁷.

O peso dos desempregados ocupados nestas medidas tem-se mantido elevado e tem contribuído, não só para apresentar números mais favoráveis em termos de desemprego, como também para servir de almofada social, para financiar a actividade das empresas através de apoios públicos a estágios que muitas vezes configuram verdadeira prestação de trabalho sem o respectivo reconhecimento salarial e de direitos, e ainda para suprir necessidades permanentes da Administração Pública, impedida de contratar os trabalhadores necessários à prestação do serviço público.

Relativamente à formação, trata-se em grande medida de formações de curta duração e com uma muito baixa taxa de integração posterior no emprego.

É necessário também ter em conta que muitos desempregados emigraram e outros deixaram de estar inscritos nos centros de emprego porque não vêem soluções para o seu problema nem têm direito ou já esgotaram as prestações de desemprego.

No gráfico seguinte pode ver-se a evolução do desemprego registado com e sem ocupados. É visível o uso massivo das medidas entre meados de 2013 e o final de 2015.



Fonte: IEFP. Desempregados + ocupados: só há dados comparáveis a partir de 2012

⁷ Em 2014 e 2015 ultrapassou os 30%.

Seis actividades concentravam perto de 77% dos desempregados inscritos no distrito em Novembro de 2018, como mostra o quadro seguinte. Em termos de grande sector, 56% dos desempregados eram oriundos dos serviços, 24% da agricultura, produção animal, caça, floresta, 10% da indústria e 8,2% da construção.

Principais actividades de origem do desemprego registado (novo emprego) no distrito de Portalegre por actividade, Novembro 2018	Número	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	848	24,4%
Admin. pública, educação, actividades de saúde e apoio social	560	16,1%
Comércio por grosso e a retalho	426	12,3%
Alojamento, restauração e similares	319	9,2%
Construção	284	8,2%
Actividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	232	6,7%

Fonte: IEFP

Apenas 20% dos 4 mil desempregados registados no distrito em Novembro de 2018 tinha uma prestação de desemprego. As ofertas de emprego registadas nos centros de emprego são diminutas (288 no final mês em questão), a maioria são precárias (cerca de 80%) e os salários a pagar baixos (627 euros em média em Novembro).

Os valores médios mensais das prestações de desemprego também são baixos (menos de 433 euros em Novembro de 2018, valor inferior aos cerca de 493 euros da média do país). Este valor, que é o segundo mais baixo do país, inclui o Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego, Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego e Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração.

Valores médios mensais do subsídio processado/beneficiário (€)

	2018-11
Norte Alentejo	432,74
TOTAL	492,83

Fonte: MTSS - Instituto de Informática, I.P.

2.10. Aumentam os acidentes de trabalho

O distrito é também afectado pelas más condições de trabalho nas suas diversas vertentes. Uma delas tem a ver com a segurança e saúde no trabalho e desde logo a protecção contra acidentes de trabalho.

Entre 2000 e 2016⁸ foram comunicados às seguradoras mais de 25,7 mil acidentes de trabalho no distrito, 1,6 mil dos quais em 2016, verificando-se um aumento desde 2013⁹.

Quanto aos acidentes de trabalho mortais, entre 2000 e 2016 morreram 44 trabalhadores no distrito, número que nos últimos anos diminuiu.

Acidentes de trabalho no distrito

	Totais	Mortais
2000	1675	2
2001	1853	3
2002	1906	7
2003	1731	2
2004	1438	3
2005	1609	3
2006	1461	1
2007	1440	0
2008	1490	1
2009	1305	4
2010	1109	-
2011	1348	3
2012	1253	4
2013	1444	4
2014	1535	3
2015	1526	3
2016	1600	1
Total	25722	44

Fonte: GEP/MTSSS

Os serviços são responsáveis por 53% dos acidentes de trabalho no distrito, seguindo-se a indústria, energia, água e saneamento e construção com mais de 31% e por fim a agricultura e a floresta com 15,5%.

Uma análise mais desagregada mostra que 18,7% dos acidentes de trabalho ocorreram nas indústrias transformadoras, 16,1% no comércio, 13,8% nas actividades de saúde humana e acção social e 10,9%, na construção, para referir as actividades mais significativas.

⁸ Último ano disponível.

⁹ Inclui os acidentes mortais.

Acidentes de trabalho no distrito de Portalegre por actividade económica, 2016

Total	Total	%
	1600	100,0
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	248	15,5
Indústrias extractivas	0	0,0
Indústrias transformadoras	300	18,7
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	7	0,5
Água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	20	1,3
Construção	175	10,9
Comércio	258	16,1
Transportes e armazenagem	97	6,1
Alojamento e restauração	68	4,3
Actividades de informação e comunicação	0	0,0
Actividades financeiras	0	0,0
Actividades imobiliárias	7	0,4
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7	0,4
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	77	4,8
Administração pública, defesa e segurança social	77	4,8
Educação	18	1,1
Saúde humana e acção social	220	13,8
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	0	0,0
Outras actividades de serviços	21	1,3

Fonte: GEP/MTSSS

2.11. Necessidade de mais profissionais de saúde no distrito

Houve uma melhoria do número de médicos por mil habitantes entre 2011 e 2017 na generalidade dos concelhos. No entanto, quase todo o distrito tem piores indicadores que a média do país.

Embora o distrito um número de enfermeiros mais elevado que a média nacional, tal deve-se apenas ao concelho de Portalegre, situando-se vários concelhos bastante abaixo. Não se apresentam dados sobre outros anos por questões de comparabilidade.

Local de trabalho	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho (NUTS - 2013); Anual	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual	
	2017	2017	2011
Portugal	7,0	5,0	4,1
Alter do Chão	3,7	1,2	1,4
Arronches	4,5	2,4	2,2
Avis	1,6	0,7	0,9
Campo Maior	1,5	6,4	6,4
Castelo de Vide	3,0	3,0	2,4
Crato	2,2	0,9	0,5
Elvas	5,9	6,2	4,8
Fronteira	1,7	1,7	1,2
Gavião	2,6	0,6	0,5
Marvão	2,6	2,2	2,0
Monforte	3,3	1,7	1,5
Nisa	2,1	1,7	1,4
Ponte de Sor	1,7	1,8	1,7
Portalegre	26,5	5,1	4,5
Sousel	2,0	1,3	1,2
Distrito de Portalegre	8,1	3,6	3,1

Fonte: INE

2.12. Encerramento de dezenas de escolas

O país tem assistido ao encerramento de milhares de escolas públicas de norte a sul, o que, conjugado com o encerramento de muitos outros serviços públicos e a destruição do emprego, tem contribuído para a desertificação do interior, obrigando as crianças dos meios rurais, a fazerem muitos quilómetros, saindo de casa de madrugada e regressando já tarde a casa.

O encerramento de escolas – e a criação de mega agrupamentos escolares – assenta em motivos meramente economicistas e está articulado com outras medidas que significam um enorme desinvestimento na educação pública e, também aqui, uma tentativa de sustentar os empreendimentos privados no sector educativo.

Entre os anos lectivos de 2009/2010 e 2016/2017 encerraram 22 estabelecimentos de ensino público não superior no distrito (a maioria dos quais públicos), correspondendo a mais de 15% do total de estabelecimentos que existiam em 2009/2010. Em consequência, o peso dos estabelecimentos públicos no total desceu de 78% em 2009/2010 para 76,5% no ano lectivo de 2016/2017.

No total existiam 119 estabelecimentos de ensino não superior no ano lectivo de 2016/2017, 91 dos quais públicos e 28 privados. Destes, 3/4 eram dependentes de apoios do Estado.

O 1º ciclo teve o maior número de encerramentos, seguindo-se o ensino pré-escolar. No 3º ciclo foi encerrada uma escola privada e no ensino secundário há menos duas escolas privadas por contrapartida de duas públicas.

Variação do número de estabelecimentos de ensino não superior entre os anos lectivos de 2009/2010 e 2016/2017

Total	Total	-22
	Público	-19
	Privado	-3
Ensino pré-escolar	Total	-13
	Público	-12
	Privado	-1
Ensino básico - 1.º ciclo	Total	-19
	Público	-19
	Privado	0
Ensino básico - 2.º ciclo	Total	0
	Público	0
	Privado	0
Ensino básico - 3.º ciclo	Total	-1
	Público	0
	Privado	-1
Ensino secundário	Total	0
	Público	2
	Privado	-2

Fonte: Ministério da educação/DGEEC. A soma dos totais parciais não coincide com o total geral uma vez que cada estabelecimento pode ter mais que um nível de ensino.

2.13. Pensões muito baixas

Em Novembro de 2018 havia perto de 28 mil reformados com pensões de velhice atribuídas pela Segurança Social no distrito, sendo mais de metade (56%) mulheres¹⁰.

O distrito tinha também 10,2 mil beneficiários de pensões de sobrevivência¹¹ no mesmo mês, 79% dos quais eram mulheres.

Há um terceiro conjunto de pensões no âmbito da Segurança Social que são as pensões por invalidez. Em Novembro de 2018 havia 2,6 mil pensionistas por invalidez no distrito, 56% das quais mulheres.

Note-se que estes três grupos de pensionistas não se podem somar, uma vez que um mesmo pensionista pode receber mais do que uma pensão (por exemplo, um pensionista de velhice que recebe também uma pensão de sobrevivência ou um

¹⁰ Fonte: Instituto de Informática do MTSSS.

¹¹ Destinam-se a compensar os familiares do beneficiário falecido pela perda de rendimentos de trabalho.

pensionista de invalidez que recebe uma pensão de sobrevivência). Há, pois, que distinguir o total de pensionistas do total de pensões¹².

Pensionistas da Segurança Social

Distrito de Portalegre	Novembro de 2018		
	Feminino	Masculino	Total
PENSÕES DE VELHICE	15 499	12 280	27 779
PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA	8 118	2 143	10 261
PENSÕES DE INVALIDEZ	1 462	1 150	2 612

Fonte: MTSS - Instituto de Informática, I.P.

Fruto dos baixos salários e/ou de carreiras contributivas curtas, os valores médios das pensões pagos pela Segurança Social são muito baixos, como se mostra no quadro mais à frente. Acresce que os valores aqui apresentados incluem não apenas o regime geral (o contributivo) mas também o regime não contributivo e equiparado, bem como o regime dos agricultores, que têm pensões ainda mais baixas, mas não temos dados que permitam desagregar essas situações por distrito.

A pensão mensal de velhice no distrito foi, em 2017¹³, de 354 euros, em média, um rendimento claramente insuficiente para garantir um envelhecimento digno a quem teve uma longa vida activa, e muito inferior à média nacional, embora também esta represente uma pensão de valor baixo (435 euros).

O valor da pensão por invalidez era também muito baixo, embora se aproximasse da pensão por velhice (346 euros). A pensão de sobrevivência - no valor de 196 euros em média - além de ser inferior à média nacional (223 euros), é uma verdadeira pensão de miséria sendo significativamente inferior ao rendimento acima do qual se considera que uma pessoa não se encontra em situação de pobreza (468 euros em 2017).

¹² Na velhice os dados apresentados incluem o regime geral de segurança social (de natureza contributiva, abrange os reformados a quem foram efectuados descontos sobre os salários), mas também regimes não contributivos (ou pouco contributivos) em que são pagas pensões com o objectivo de evitar a pobreza (inclui o regime especial dos agricultores e o regime não contributivo e equiparado). Quanto à invalidez e sobrevivência presume-se que o raciocínio seja o mesmo, uma vez que não há notas explicativas nos dados consultados.

¹³ Últimos dados disponíveis.

	Valor médio mensal das pensões em 2017 (euros)			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	377	354	435	223
Alter do Chão	313	341	354	206
Arronches	271	330	304	180
Avis	304	329	346	183
Campo Maior	334	378	382	196
Castelo de Vide	326	334	372	196
Crato	325	383	359	220
Elvas	311	323	355	194
Fronteira	316	355	354	193
Gavião	328	358	374	209
Marvão	302	334	343	187
Monforte	303	329	342	185
Nisa	316	328	357	209
Ponte de Sor	327	370	371	199
Portalegre	320	354	357	199
Sousel	298	338	340	182
Distrito de Portalegre	313	346	354	196

Fonte: MTSS - Instituto de Informática, I.P.

Além das pensões atribuídas pela Segurança Social, há ainda um conjunto de aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações. Estas pensões são, em média, mais elevadas em virtude de os salários serem também, em média, mais elevados por estarem ligados a maiores qualificações e a postos de trabalho mais bem pagos. Não dispomos, no entanto, de dados para caracterizar estes pensionistas e as suas pensões por distrito.

3. ORGANIZAÇÃO, UNIDADE E LUTA

3.1. Sindicalizar e alargar a influência

A sindicalização é indispensável para a sustentabilidade dos sindicatos, federações, uniões e CGTP-IN.

Quanto maior o número de trabalhadores sindicalizados nos sindicatos da CGTP-IN:

- Maior a sua influência e conhecimento dos problemas concretos dos trabalhadores nesses locais de trabalho e sectores e mais assertiva e consequente é a sua acção e a sua capacidade de chegar a mais trabalhadores
- Maior é a sua capacidade de resposta à necessidade de acção, de dinâmica de rua e de mobilização dos trabalhadores
- Maior é a sua representatividade e capacidade de pressão junto do patronato

- Maiores são as suas participações às federações, uniões e CGTP-IN e maior é a capacidade do movimento sindical unitário de alargamento da sua influência e de intervenção em todos os fóruns de discussão acerca de questões que interessam aos trabalhadores e nas quais os mesmos têm de ter uma palavra a dizer.

Para o movimento sindical unitário (MSU) do nosso distrito a sindicalização é o desafio dos próximos anos.

Estamos conscientes da ofensiva ideológica contra os sindicatos de classe. Uma ofensiva que não é recente e que tem ganho terreno a par de outras estratégias que visam silenciar as reivindicações dos trabalhadores e destruir a sua capacidade e direito de organização. A par da ofensiva ideológica existe o medo criado por pressões directas do patronato, pelo desemprego e pela precariedade.

É necessário que a nossa acção passe pelo esclarecimento de que a campanha contra o MSU é promovida por aqueles a quem interessa o seu desaparecimento.

Existe potencial para sindicalizar porque são muitos os problemas dos trabalhadores que só podem ser resolvidos através da sua organização junto daqueles que sofrem com os mesmos problemas.

São muitos os trabalhadores que nos colocam dúvidas e problemas que querem ver resolvidos mas a maioria deles só se sindicalizarão se forem contactados nos seus locais de trabalho.

O contacto permanente é indispensável para que os trabalhadores conheçam a nossa acção e as formas de nos contactar.

Existe potencial para sindicalizar em vários locais de trabalho no distrito de Portalegre destacando-se, pelo seu número e concentração os seguintes:

1. A Delta, com cerca de 600 trabalhadores só na unidade de produção, sector de intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e das Indústrias da Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal (SINTAB);
2. A Hutchinson, em Portalegre e em Campo Maio, empregando no seu conjunto mais de 1000 trabalhadores, área de intervenção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente dos Sul (SITE-SUL).
3. O parque industrial da quinta de S.Vicente em Portalegre, onde laboram as

- empresas Evertis e Selenis, que empregam no seu conjunto mais de 100 trabalhadores, área de intervenção do SITE-SUL.
4. A Randstad, mais de 100 postos de trabalho, sector onde intervém o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI).
 5. A Marktel, call-center que emprega centenas de trabalhadores em Elvas, em 2 polos diferentes, área de intervenção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP).
 6. O sector da grande distribuição, designadamente os grupos Jerónimo Martins, Sonae, Mosqueteiros e Lidl, com centenas de trabalhadores no seu conjunto, distribuídos por lojas em Portalegre, Ponte de Sôr, Castelo de Vide, Campo Maior, Elvas, áreas de intervenção do CESP.
 7. Os Hospitais, em Portalegre e em Elvas, com trabalhadores da administração pública, enfermeiros, médicos, técnicos auxiliares de diagnóstico e farmácia, assistentes técnicos, técnicos-superiores e do sector privado, nas cantinas, limpeza e segurança, onde intervêm diferentes sindicatos, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas (STFPSSRA), Sindistao dos Trabalhadores das Indústrias Hoteleiras, Turismo, Restauração e Similares do Sul (STIHRSS), CESP, Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas (STAD).
 8. O sector corticeiro que conta com 2 empresas do grupo Amorim Florestal em Ponte de Sôr que empregam no seu conjunto mais de 100 trabalhadores, e ainda empresas mais pequenas em Ponte de Sôr, Sedacor e em Alter do Chão, MA Silva, que no seu conjunto empregam mais 50 trabalhadores, onde intervém o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção, Madeiras, Mármore e Cortiça do Sul (STCMMCS).
 9. O sector social, em crescimento devido ao envelhecimento da população e existente em todos os concelhos e várias freguesias do distrito, emprega centenas de trabalhadores distribuídos por Santas Casa da Misericórdia e Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) onde intervêm o STFPSSRA e o CESP

A sindicalização dos trabalhadores dos locais de trabalho referidos significa um salto financeiro para os sindicatos que os acompanham e conseqüentemente para a USNA. A estabilidade financeira da USNA possibilita manter e aumentar a dinâmica sindical na região que conduz a maior visibilidade do MSU e aumento do potencial de sindicalização de todos os sindicatos. Como tal, no mandato que se inicia, a USNA:

- Continuará a assegurar o contacto permanente dos trabalhadores nos locais de trabalho prioritários, nunca em substituição da acção sindical concreta, mas como forma de dar a conhecer a acção do MSU e as formas de chegar aos diferentes sindicatos
- Promoverá acções de sindicalização regionais, construídas em conjunto com os diferentes sindicais, dando a conhecer a estrutura de apoio regional para os trabalhadores.

3.2. A organização no local de trabalho

Para uma mais bem-sucedida acção do MSU este tem de estar no local de trabalho. A eleição de delegados sindicais e de representantes dos trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho (SST) deve ser por isso, logo após a sindicalização, a prioridade do MSU. Este reforço de organização precisa de ser efectivado no nosso distrito invertendo a tendência de anos anteriores.

Neste sentido, no mandato que se inicia são objectivos da USNA:

- Tirar partido do facto de o distrito de Portalegre se tratar de um meio em que muitos trabalhadores se conhecem, através de relações familiares e de amizade, por forma a possibilitar a avaliação de quadros sindicais, através da interligação entre os trabalhadores de vários de locais de trabalho, de diferentes áreas sindicais;
- Incentivar a criação de comissões inter-sindicais nos locais de trabalho que reúnem trabalhadores de diferentes sectores e áreas sindicais;
- Apoiar os processos de eleição de comissões sindicais e de comissões dos trabalhadores para a SST, dos diferentes sindicatos;
- Integrar, através dos sindicatos, as comissões sindicais e as comissões dos trabalhadores para a SST, na mobilização regional para diferentes acções nacionais e regionais.

3.2.1. Comissões sindicais

A base da nossa estrutura são os delegados sindicais e as comissões sindicais. É através dos delegados sindicais que o MSU conhece os anseios e a disponibilidade para a luta por parte dos trabalhadores e é através das comissões sindicais que os sindicatos intervêm para resolver problemas concretos relacionados com o dia-a-dia dos trabalhadores nas empresas.

Num distrito como o nosso, em que os sindicatos de classe têm lidado nos últimos anos, com dificuldades na sua capacidade de afirmação e de visibilidade, ter a todo o tempo, o conhecimento da situação concreta dos trabalhadores nos locais de trabalho é fundamental para que se criem condições para acções unitárias e sectoriais que permitam credibilizar os sindicatos da CGTP-IN na região.

Para que mais trabalhadores se disponibilizem para a tarefa de representar os seus colegas de trabalho junto do patronato é preciso combater o medo e a perseguição sindical, promovendo a liberdade sindical nas empresas mas também na rua. Transmitir os resultados obtidos com a luta dos trabalhadores e de como a sua unidade e organização permite, em todas as situações, vencer as adversidades é fundamental para transmitir a confiança necessária aos trabalhadores em que se reconhecem as características necessárias para se ser delegado sindical.

3.2.2. As comissões de representantes dos trabalhadores para a SST

Entre 2000 e 2004 morreram 44 trabalhadores em acidentes de trabalho no nosso distrito. Só em 2016 foram declarados 1,6 mil acidentes de trabalho às seguradoras. Esta é por isso uma área que necessita urgentemente de ser alvo de intervenção sindical por parte dos sindicatos da CGTP-IN.

Apesar de burocrático, moroso e sujeito a uma legislação desajustada que precisa de ser alterada, a eleição da comissão dos representantes dos trabalhadores para a SST tem e deve ser conduzida em todos os locais de trabalho.

Estas comissão são também o sindicato dentro das empresas, constituídas por representantes com estatuto sindical dentro das empresas incluindo tempo sindical:

- para intervir nos problemas relacionados com as condições de trabalho, o equipamento de protecção individual, as ferramentas de trabalho;
- para combater a sinistralidade laboral;

- para prevenir e esclarecer em matérias relacionadas com as doenças profissionais;
- para contribuir para o desempenho de funções em segurança.

3.3. A acção sindical integrada

O MSU é permanentemente desafiado com a necessidade de mobilizar para diferentes acções nacionais, sejam plenários ou encontros, fundamentais para debater o caminho e a forma da luta geral dos trabalhadores, sejam manifestações nacionais sectoriais ou unitárias, sejam acções de formação, imprescindíveis para a preparação de dirigentes, delegados e representantes.

A intervenção nos locais de trabalho em relação a problemas concretos é fundamental para a criar condições para a criação de estrutura sindical e de condições para a disponibilidade dos trabalhadores para as lutas mais gerais, unitárias e dos quadros para as acções que lhes são colocadas.

Esta relação obriga a que a acção sindical seja integrada, ou seja, que ao mesmo tempo que os sindicatos intervêm para resolver intervenham também para mobilizar pois existem questões reivindicativas transversais a todos os trabalhadores que só são passíveis de serem resolvidas com a força de todos.

Para a integração da acção é importante o papel das uniões. Como tal, é objectivo da USNA neste mandato:

- Continuar a trabalhar na distribuição de metas de participação entre os diferentes sindicatos com intervenção no distrito, por forma a ir o mais longe possível na mobilização dos trabalhadores da região
- Continuar a apoiar os sindicatos sem estrutura no distrito, na informação dos trabalhadores dos sectores que acompanham não só da sua intervenção concreta como também das questões mais reivindicativas gerais

3.4. Estruturação administrativa e financeira

A USNA tem sede em Portalegre e integra a Delegação Sindical Conjunta de Elvas. O SEP integra a sede em Portalegre e da delegação de Elvas fazem parte o CESP, o SITE-SUL, o SIESI, o SINTAB e o STIHTRSS.

No segundo semestre de 2019, já durante o mandato que agora se inicia, irá começar a reabilitação da antiga sede do Sindicato dos Corticeiros de Portalegre, um edifício

ligado à história do movimento sindical no distrito de Portalegre desde a 1ª República. Aí será a Casa Sindical de Portalegre através de um contrato de comodato entre a CGTP-IN e a USNA, com condições para receber todos os sindicatos que assim entendam. Uma casa sindical, dispondo de todos os meios necessários à actividade sindical, possibilita a melhor gestão de recursos por parte dos sindicatos e USNA, ficando esses meios à disposição da intervenção sindical nos locais de trabalho, contacto e mobilização dos trabalhadores

A Delegação Sindical de Elvas tem permitido, desde a mudança de instalações em 2017, atender e dar o apoio jurídico necessário aos trabalhadores que nos procuram, com a dignidade que eles merecem e esperam dos sindicatos da CGTP-IN, apoiar a intervenção sindical nas empresas e o reforço da nossa organização, com mais espaço para reunião e trabalho. Além destas potencialidades, a delegação sindical de Elvas apresenta ainda condições para a formação sindical e profissional. Esta última, protocolada com o Centro de Formação e Inovação Tecnológica (INOVINTER), poderá consistir numa fonte de reforço financeiro adicional além de proporcionar o contacto com mais trabalhadores.

3.5. O futuro do movimento sindical

Para alargar a influência do MSU no distrito de Portalegre é fundamental existirem trabalhadores que tenham a tarefa de dirigir a actividade sindical, participando na determinação das prioridades de acção. Estes são os dirigentes sindicais, que estabelecem a ligação entre a base da nossa estrutura, as comissões sindicais, e os sindicatos, que têm a tarefa de organizar o movimento sindical para que este tenha um sentido, que seja consequente e que obtenha resultados.

Reforçar a nossa organização e mais dirigentes sindicais significa assim maior amplitude de acção, chegar a mais locais de trabalho e a mais frentes de trabalho.

A USNA tem e continuará a ter um papel importante na integração e formação dos quadros sindicais, pelo contacto que proporciona com os vários sectores sindicais e com diferentes frentes de trabalho.

O futuro do movimento sindical depende da nossa capacidade de reforçar permanentemente a nossa organização.

3.6. Formação sindical

Não basta ter mais quadros sindicais, é preciso forma-los, designadamente com formações específicas acerca da forma como funcionamos e acerca de problemas concretos dos trabalhadores e os instrumentos de que dispomos para os resolver.

Esta necessidade é transversal a todos os sindicatos e a USNA deverá a proporcionar, durante o mandato que se inicia, pelo menos 1 acção de formação por ano, dando prioridade aos temas da organização e reestruturação financeira, ligados à sustentabilidade e futuro da CGTP-IN.

3.7. Organizações específicas

3.7.1. A Interjovem

A Interjovem, organização específica da CGTP-IN, é responsável pela intervenção sindical junto dos jovens trabalhadores. Estes são afectados com particular gravidade pela instabilidade no emprego, a precariedade nas suas mais diversas formas e pelo desemprego.

É esta intervenção que permite aos sindicatos o contacto com trabalhadores jovens, cujas dinâmica e capacidade de liderança são fundamentais para o futuro do MSU.

É a Interjovem que organiza anualmente a manifestação da juventude trabalhadora, uma acção que demonstra o potencial da luta dos trabalhadores e a confiança que a nova geração de trabalhadores deposita ainda na organização, unidade e luta da sua classe.

Tem sido a direcção da USNA a coordenar e a mobilizar, juntamente com os sindicatos, os jovens quadros sindicais do distrito mas é fundamental que neste mandato se crie, no distrito, a partir da USNA, com dirigentes e delegados de diferentes sindicatos, uma comissão da Interjovem que se responsabilize pela organização, mobilização e intervenção junto da juventude trabalhadora do distrito, em grande concentração em locais de trabalho como a Hutchinson de Campo Maior e de Portalegre, na grande distribuição, no sector eléctrico, designadamente EDP e Randstad em Elvas e ainda nos call centers como a Marktél também em Elvas.

3.7.2. A Inter-reformados

Embora o Norte Alentejano, seguindo a tendência de toda a região interior do país, seja um distrito bastante envelhecido, temos sido capazes de, ao longo dos anos, organizar os trabalhadores reformados e pensionistas na Inter-reformados.

O facto de existirem poucos quadros para muitos locais de trabalho, muito distantes, e muitas frentes de trabalho, tem contribuído para aprofundar esta falha.

A USNA reconhece, no entanto, que esta é uma organização específica importante para a CGTP-IN e que poderia ser muito importante para o MSU do distrito. Isto porque os trabalhadores reformados espelham os problemas dos trabalhadores activos, com baixas reformas devido aos baixos salários que ganharam ao longo da vida. A luta dos trabalhadores reformados alerta os trabalhadores activos para outra dimensão do problema dos baixos salários e de como é urgente alterar a situação.

No mandato que se inicia esta tem de ser uma organização específica a dinamizar no Norte Alentejano a partir de quadros com essa responsabilidade na DR da USNA.

3.7.3. A Comissão pela Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH)

Também nesta organização específica é visível a dificuldade que representa para a nossa organização a falta de quadros disponíveis para assumir outras frentes de trabalho para além do acompanhamento a locais de trabalho.

A CIMH é uma organização específica para a intervenção sindical nas questões da igualdade. Ainda subsiste em vários sectores de actividade a desigualdade salarial entre mulheres e homens e é facto que muitos dos problemas que afectam todos os trabalhadores, afectam com particular gravidade as mulheres trabalhadoras, como é exemplo a precariedade, o assédio, o acesso aos direitos de maternidade e as dificuldades na conciliação entre a vida profissional e familiar. Atendendo à maior proximidade das mulheres trabalhadoras com esta realidade é fundamental que sejam elas a liderar o processo reivindicativo, para que cadernos reivindicativos, contratações colectivas e processos de luta dos mais variados tipos contemplem sempre reivindicações no sentido da sua alteração.

Embora a USNA tenham conseguido nos últimos anos estabelecer uma ligação com a DN da CIMH ainda falta espaço no nosso trabalho para discutir, intervir e organizar em específico as mulheres trabalhadoras.

No mandato que se inicia, também a CIMH deverá ser uma frente de trabalho a dinamizar, a partir da USNA, com quadros indicados pelos diferentes sindicatos.

3.8. A comunicação sindical

Não basta desenvolver a acção, é necessário dá-la a conhecer, bem como aos seus resultados. Neste aspecto, importantes passos foram dados no Norte Alentejano com o apoio da CGTP-IN que promoveu um conjunto de acções de formação e de sensibilização para que os quadros sindicais desenvolvam estratégias bem-sucedidas de comunicação com os média.

O *site* e página do Facebook da USNA têm servido para dar a conhecer sobretudo os problemas dos trabalhadores e a resposta sindical no distrito mas nunca em substituição dos comunicados de imprensa aos órgãos de comunicação social local. Para manter o fluxo de informação a partir da USNA, em matérias que despertam a atenção dos trabalhadores do distrito porque são locais é fundamental que os sindicatos centralizem a informação. Esta estratégia tem tido resultado, com comunicados de imprensa da USNA a resultarem no contacto directo de OCS aos dirigentes que acompanham o sector ou local de trabalho em luta, já que, nos casos em que este fluxo funciona bem, todos os contactos são imediatamente disponibilizados pela USNA para que as notícias possam ser aprofundadas.

No mandato 2019-2023, a USNA continuará a alimentar *site* e página de facebook com dados acerca dos trabalhadores e lutas que têm lugar no Norte Alentejano, bem como a manter informados os OCS pressionando-os a publicar mais notícias acerca do MSU no nosso distrito.

4. DINÂMICA E ACÇÃO

4.1. A acção e a luta nos locais de trabalho e na rua

Mais sindicalização e maior intervenção só é possível se a generalidade dos trabalhadores reconhecer na CGTP-IN a capacidade de acção necessária para a resolução dos seus problemas. Assim, quanto maior a dinâmica de rua e a sua visibilidade, maior o potencial de alargamento da acção dos sindicatos da CGTP-IN no distrito. É precisamente esta dinâmica que temos de aumentar.

Embora nos últimos anos a USNA tenha conseguido criar melhores condições de apoio à acção sindical e à intervenção de rua, é necessário que mais trabalhadores saiam à rua, se unam e se organizem, para que outros ganhem a confiança necessária para fazer o mesmo.

Neste sentido, neste a mandato, a USNA:

- Continuará a aprofundar a discussão acerca da grande iniciativa de rua do distrito e do país, o 1º de Maio, melhorando as condições da sua realização de ano para ano, com mais elementos de animação, trabalhando com os sindicatos numa maior mobilização que deverá sempre partir do compromisso de participação dos próprios dirigentes da USNA.
- Continuará a dar o apoio logístico necessário aos sindicatos que desenvolvam acções de rua, em termos de mobilização dos próprios dirigentes da USNA, transporte, som ou propaganda.
- Continuará a trabalhar com os sindicatos na mobilização da estrutura e dos trabalhadores, nas acções de rua nacionais, como o dia internacional da juventude trabalhadora e outras manifestações nacionais, estabelecendo metas e coordenando o transporte a partir da região.
- Continuará a desenvolver iniciativas para o esclarecimento da população em relações a matérias reivindicativas centrais, organizando recolha de assinaturas em abaixo-assinados, sessões de esclarecimento, debates, exposições, etc.

4.2. A contratação colectiva

A revogação das normas gravosas da legislação laboral, eliminando a norma da caducidade e a reintroduzindo o princípio do tratamento mais favorável, é um dos principais objectivos da acção da CGTP-IN. Negociar a contratação colectiva, ao mesmo tempo que o patronato pode acordar com sindicatos da UGT a introdução de normas que agravam as condições de trabalho como bancos de horas e de adaptabilidade e ameaçar os sindicatos da CGTP-IN com a caducidade de contratos negociados e a possibilidade de aplicação do código de trabalho, tem conduzido a uma estagnação geral dos salários.

É necessário desbloquear a negociação colectiva e os sindicatos da CGTP-IN têm sido capazes de, com a luta dos trabalhadores, pressionar as entidades patronais a negociar

contratos colectivos que contemplam desde aumentos salariais a integração de trabalhadores com vínculos precários. Trata-se de uma guerra que será vencida no terreno, local de trabalho a local de trabalho, como conseguiram os trabalhadores da administração local, com o seu sindicato de classe – o STAL, derrotar o aumento do horário de trabalho para as 40 horas semanais e a redução dos dias de férias, de 25 para 22 dias, através da assinatura de ACEP's, autarquia a autarquia.

No nosso distrito existem mais pequenas e médias empresas do que grandes. Mas é possível em ambos os casos, mobilizar os trabalhadores para a luta pelo direito mais importante dos trabalhadores portugueses: a contratação colectiva. O impacto regional que este desbloqueio terá é superior ao impacto que têm tido os exemplos de lutas bem-sucedidas pela negociação colectiva no país. É fundamental por isso, que no distrito de Portalegre, comecem a ganhar destaque as lutas concretas, em locais de trabalho da região, pela negociação colectiva, dando a conhecer a diferença entre as propostas dos sindicatos da CGTP-IN e dos outros.

4.3. A precariedade

Actualmente, 8 em cada 10 novos postos de trabalho criados correspondem a vínculos precários. Portugal é por isso, actualmente, um dos países europeus, onde a precariedade mais aumentou nos últimos anos.

O reconhecimento da precariedade como um problema nacional só ocorreu devido à acção e denúncia dos sindicatos da CGTP-IN. É nosso desafio, nos locais de trabalho, aumentar a consciência que a precariedade não é só um problema dos que têm um vínculo precário, mas sim um problema de todos os trabalhadores e da sociedade em geral.

Os trabalhadores com vínculo precário estão sujeitos às piores condições de trabalho pois caso não as aceitem têm o desemprego como futuro. Esta situação conduzirá inevitavelmente a uma maior pressão junto dos trabalhadores com vínculo de trabalho efectivo e o nivelamento das condições de trabalho por baixo. Além disto, e em concreto no Norte Alentejano, uma região envelhecida e despovoada, a precariedade é um entrave à fixação de jovens trabalhadores.

A USNA tem desenvolvido nos últimos anos, em conjunto com os sindicatos, uma acção de denúncia do problema da precariedade no distrito, promovida pelas

instâncias públicas, as mesmas que se mostram preocupadas com o caminho de despovoamento da região. A precariedade é ainda muito presente em grandes empresas como a Hutchinson, de Portalegre e de Campo Maior, onde mais de metade dos trabalhadores têm vínculo não com a empresa mas com empresas de trabalho temporário, a Randstad e a Marktél em Elvas, empresas que prestam serviço a outras que não aceitam os trabalhadores nos seus quadros e ainda o sector da grande distribuição.

No próximo mandato, a USNA vai continuar a sua acção de denúncia dos focos de precariedade no distrito e das suas consequências, apoiando os sindicatos na sua intervenção junto das empresas onde existem mais trabalhadores com vínculo precário, uma acção que deve ser sempre integrada na mobilização em torno de outros problemas concretos nesses locais de trabalho.

4.4. Salários

Embora se tenha verificado o aumento do salário mínimo nacional desde 2016, abaixo do que a CGTP-IN defendia, os restantes salários pouco ou nada se alteraram. Criou-se uma situação de injustiça com os trabalhadores há mais anos a trabalhar nas empresas, que, face à estagnação do seu próprio salário e aumento do salário de entrada, passaram a estar ao nível dos trabalhadores com menor tempo de serviço. Esta estagnação deve-se ao bloqueio da contratação colectiva mas muito tem de ser feito, por parte do MSU, para que os trabalhadores adquiram esta consciência e se mobilizem pela efectivação deste direito através dos seus sindicatos de classe.

No Norte Alentejano, a diferença entre o SMN e a RMM é cada vez mais menor, das mais baixas do país, a mais baixa do Alentejo.

Os baixos salários são o principal factor de empobrecimento do país e da nossa região, conduzindo à emigração, principalmente dos mais qualificados e mais jovens, acentuando o processo de despovoamento do Norte Alentejano.

A CGTP-IN tem e continuará a ter um papel fundamental no aprofundamento da consciência de que são os baixos salários os principais responsáveis pelo empobrecimento e que é fundamental para o país uma mais justa distribuição da riqueza produzida.

No Norte Alentejano, a USNA continuará a assumir este papel de denúncia do incumprimento da responsabilidade social das empresas que, ao mesmo tempo que investem em projectos de obras sociais de combate à pobreza, mantêm os seus trabalhadores sem aumentos salariais significativos há mais uma década, aumentando os seus lucros à custa desta estratégia.

4.5. Horários e condições de trabalho

Nos últimos anos tem crescido o número de empresas e sectores, que tentam impingir aos seus trabalhadores modalidades de horário que não são novas, mas que surgem agora com outras roupagens a pretexto da necessidade de aumento da competitividade das empresas, discurso que também não foi agora criado.

O aumento das jornadas de trabalho numa época em que o desenvolvimento tecnológico permite precisamente o contrário só tem como objectivo aumentar a exploração, ou seja, fazer mais com menos trabalhadores e mais mal pagos à hora.

Propostas como as jornadas de trabalho concentradas, de 12 horas diárias, a passagem das empresas para horários contínuos de 24 horas sujeitando os seus trabalhadores ao regime de trabalho por turnos, a abertura de serviços aos fins-de-semana e feriados com trabalho pago no mesmo valor que num dia de trabalho normal, são algumas das modalidades que o patronato tenta impor aos trabalhadores.

A organização e unidade dos trabalhadores com os seus sindicatos de classe tem impedido a alteração dos horários de trabalho e aplicação dos bancos de horas nas empresas.

Estamos conscientes, no entanto, que os baixos salários e o empobrecimento dos trabalhadores levam a que muitos deles usem as jornadas de trabalho concentradas e os bancos de horas para adquirir tempo livre que possam usar em trabalhos de campo e outros, que os ajudem a subsistir. Por outro lado, conhecemos também a forma como a precariedade e o desemprego servem como método de chantagem para pressionar os trabalhadores a aceitar qualquer modalidade de horário de trabalho.

A luta contra a desregulação dos horários de trabalho não é fácil de organizar mas se o problema existe, ele tem de ser combatido integrado no movimento reivindicativo geral.

No Norte Alentejano, as distâncias, os meios de comunicação existentes e a ausência de uma rede de transportes públicos agrava as consequências da desregulação dos horários de trabalho na vida familiar dos trabalhadores. Neste sentido, a USNA, no mandato de 2019-2023, trabalhará juntamente com os sindicatos, na construção de um levantamento das situações de desregulação dos horários de trabalho do distrito e das suas consequências para a vida familiar dos trabalhadores.

5. DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS E O DIREITO A VIVER NO NORTE ALENTEJANO

5.1. Combater a privatização, valorizando os serviços públicos e os seus trabalhadores

A degradação dos serviços públicos, consequência do desinvestimento do estado, e a campanha de descredibilização dos trabalhadores da administração pública faz parte de uma estratégia de aceitação por parte da opinião pública de que a privatização das funções sociais do estado é inevitável.

Em todo o país mas com particular gravidade no interior, assistimos entre 2009 e 2015, a um ataque sem precedentes aos serviços públicos com o encerramento de escolas, de centros de saúde, de postos dos CTT, de tribunais e de juntas de freguesia.

Apenas a luta das populações em muitos casos evitou o total isolamento de dezenas de povoações. A par dos encerramentos, muitos serviços públicos viram valências retiradas, postos de trabalho destruídos, horários de atendimento reduzidos.

A campanha aprofundada em 2008 contra os trabalhadores da administração pública permitiu o isolamento da sua luta em relação à de todos os outros trabalhadores, com os média a incentivar as ideias de privilégio de um conjunto de trabalhadores em relação a outros, a criar mitos acerca dos salários praticados na administração pública e a apresentar justificações para a destruição de milhares de postos de trabalho nos sectores do estado.

Toda uma conjuntura política levou a que em 2019:

- O serviço nacional de saúde ficasse desprovido de cuidados de saúde primários dignos e permanentes, com profissionais e meios complementares de diagnóstico que permitissem se constituir como a primeira resposta aos problemas dos utentes e não os serviços de urgência dos hospitais;

- Os hospitais centrais ficassem sem o número mínimo de enfermeiros, médicos, técnicos de diagnóstico, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores, que permitisse responder às necessidades das populações;
- O serviço nacional de saúde praticamente colapsasse nos picos virais de gripe e gastroenterites esperadas em determinadas alturas do ano;
- Aumentasse o número de mortes por falta de meios e de profissionais para prestar a devida assistência médica;
- Aumentasse o número de utentes transferidos do SNS para o sector privado nas situações de elevados tempos de espera por consultas e cirurgias com a comparticipação do Estado;
- Aumentasse o domínio de grupos económicos como o grupo Mello no sector da saúde;
- Os CTT passassem de um sector altamente lucrativo para um grupo económico que divide lucros entre os accionistas e prioriza a sua acção no sector dos seguros e da banca;
- Muitos estudantes tivessem aulas em salas sem aquecimento e com infiltrações, em turmas com mais de 30 alunos, em escolas a dezenas de quilómetros de casa;
- Os estudantes tivessem acesso a conteúdos curriculares diferentes consoante o concelho em que estudam;
- Centenas de pessoas deixassem de contar com o apoio da junta de freguesia para combater o isolamento, deixassem de contar com o posto dos CTT e passassem a ter apenas alguns dos serviços anteriormente prestados, deixassem de poder levantar as suas reformas ao dia 10 de cada mês passando a ter de esperar pela disponibilidade financeira do serviço que passou a assegurar os serviços de correio, deixasse de contar com um balcão da CGD para as suas operações financeiras de rotina;
- A EGF se mantivesse nas mãos dos grupos económicos como a Mota-Engil, no caso da Valnor que serve os distritos de Portalegre e de Castelo Branco, desde 2013, com as esperadas consequências quer na degradação das condições de trabalho quer na recolha do lixo, seu tratamento e reaproveitamento, passando de uma empresa lucrativa para uma empresa com prejuízos;

- Nos encontrássemos na iminência da verticalização da distribuição da água em baixa, um caminho traçado desde a sua privatização em alta, estando os municípios do distrito de Portalegre a serem pressionados para se agregarem sob pena de não poderem aceder aos fundos europeus para a reestruturação das condutas de água.

Defender os serviços públicos significa defender os postos de trabalho dos trabalhadores da administração pública, a importância do serviço que prestam, defender a valorização das suas carreiras. Defender os serviços públicos significa defender as condições mínimas para quem vive e trabalha no Norte Alentejano.

Por tudo isto, no mandato que agora se inicia, a USNA continuará bater-se por um maior investimento público no distrito de Portalegre e a insistir no esclarecimento de todos os trabalhadores em relação à estratégia subjacente à degradação dos serviços públicos, apelando à solidariedade dos trabalhadores do sector privado para com os trabalhadores do sector público e vice-versa porque será com a unidade de todos que será possível a valorização dos serviços públicos, uma valorização no interesse de todos e da nossa região.

A USNA continuará a defender um Ensino Superior Politécnico em Portalegre dinâmico e atrativo, que possibilite um maior fluxo de estudantes, bem como a permanência da Escola da GNR em Portalegre.

5.2. Defender a universalidade das funções sociais do estado, combatendo a municipalização

O processo de municipalização das funções sociais do estado no distrito de Portalegre teve início em 2015, durante o governo PSD/CDS-PP, com a inauguração do Centro Escolar de Sousel, através de um protocolo que transferia para a autarquia todas as responsabilidades de manutenção do edifício e contratação de trabalhadores não docentes.

Já no final do mandato do governo do PS, fica claro que esta foi também uma estratégica da sua legislatura. Entre 2015 e 2019 o governo foi até mais longe na municipalização das funções sociais do estado, estabelecendo um programa de descentralização de competências, faseado mas obrigatório na sua fase final, em que são passadas para as autarquias todos os sectores actualmente na mão do estado:

educação (incluindo a definição de 25% dos conteúdos curriculares), a saúde (edifício e assistentes operacionais e pessoal técnico), cultura (incluindo edifícios históricos como castelos) e protecção civil. Num contrato que não estabelece quais os meios ao dispor das autarquias o estado desresponsabilizou-se de uma assentada de todas as funções que asseguram a igualdade de todos os cidadãos do território nacional ou seja, todas as funções sociais universais.

A USNA combateu a municipalização desde o seu início, ao lado do SPZS contra o projecto-piloto em Sousel, ao lado do SPZS, STFPSSRA e STAL contra a municipalização da escola do Crato.

No distrito de Portalegre, apenas 2 autarquias manifestaram-se contra o contrato de descentralização: Avis e Monforte.

Nos próximos anos, a USNA continuará a desenvolver as acções possíveis para o esclarecimento e mobilização da população contra todos os processos de municipalização das funções sociais do estado, alertando para as suas consequências e para a necessidade de as funções sociais do estado serem universais e não dependentes dos meios financeiros de cada autarquia.

5.3. Por um poder local democrático

O poder local democrático é uma conquista de Abril. É o poder mais próximo das populações e deve ter autonomia para gerir recursos humanos e financeiros. Desde 2008 o ataque ao poder local assumiu novos contornos, mais graves e preocupantes. Numa primeira fase em relação aos seus recursos humanos, tendo os trabalhadores da administração local a par dos trabalhadores da administração pública sido sujeitos à destruição das suas carreiras e vínculos, congelamento dos seus salários, aumento dos seus horários de trabalho, redução dos seus dias de férias. As autarquias viram as transferências do estado a serem cortadas, a contratação de pessoal a ser congelada e a sua autonomia vilipendiada com novas regras e leis como a Lei das Finanças Locais. Dezenas de juntas de freguesia foram extintas. Em 2018 as autarquias foram por fim confrontadas com um contrato de descentralização de competências, faseado mas obrigatório.

A USNA, acompanhando a acção do STAL, manterá a sua acção na defesa de um poder local democrático, da sua autonomia e reforço de meios, bem como dos direitos dos

seus trabalhadores, apostando no esclarecimento e mobilização da população na luta pelos seus direitos e interesses.

6. O EMPREGO COM DIREITOS E O DESENVOLVIMENTO DO NORTE ALENTEJANO

6.1. Regionalização

Avançou nos últimos anos a acção e influência do AMALENTEJO, movimento pela regionalização do Alentejo a que a CGTP-IN se associou.

A USNA defende que é fundamental para o desenvolvimento da região que se dê cumprimento ao 3º pilar do Poder Local Constitucional – as Regiões Administrativas. A regionalização possibilitaria a autonomia na gestão de recursos regionais priorizando o seu investimento em:

- Vias de comunicação mais seguras e que abrangessem a totalidade do território combatendo o isolamento das regiões, como a conclusão do IC13 e a ligação Nisa-Cedilho;
- Ferrovia como a Linha do Leste, recuperada por via da nossa luta mas ainda longe da cidade de Portalegre e com horários desajustados;
- Serviços públicos, designadamente acelerando a construção do Hospital Central do Alentejo.

Porque defender a regionalização é também uma forma de dar visibilidade à necessidade do investimento público no nosso distrito, investimento fundamental para o desenvolvimento do território e melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores, a USNA continuará a estar envolvida no Amalentejo, promovendo a petição para levar à Assembleia da República a discussão da criação da comunidade regional do Alentejo, participando activamente nos seus congressos e organizando as suas próprias acções de esclarecimento, debate e defesa da região.

6.2. A participação institucional

A USNA, além de assegurar a participação da CGTP-IN no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Segurança Social no distrito de Portalegre, tem assegurado, em coordenação com a USDE, a participação da CGTP-IN nestes organismos no Alentejo.

Esta ligação possibilita o acesso a dados importantes para a análise do distrito e do Alentejo, designadamente os dados do desemprego e a estratégia implementada para o seu combate, o plano de formação de pessoas desempregadas, a rede de apoio social criada, em que está implícita a intenção de municipalizar cada vez mais responsabilidades em relação à sinalização e apoio de crianças e famílias em risco e outras políticas que são muitas vezes reveladas nestes fóruns em que a CGTP-IN tem direito de voto e de opinião.

A USNA participa ainda, em representação da CGTP-IN, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e no Comité de Acompanhamento do Alentejo 2020, acedendo ao ponto de situação da execução dos fundos comunitários no Alentejo e à discussão acerca da estratégia de investimento pública na nossa região. A nossa participação nos diferentes fóruns de discussão é apoiada pelo Gabinete de Estudos da CGTP-IN e pelas tomadas de posição nacionais enviadas regularmente para a USNA.

Nos próximos anos, a participação da CGTP-IN deverá continuar a ser assegurada, dando continuidade à estratégia de não ficar de fora de nenhum organismo que discuta matérias de interesse para os trabalhadores.

6.3. A cooperação internacional

A USNA deverá, no mandato que agora se inicia, continuar a assegurar, juntamente com as Uniões de Sindicatos de Évora e Beja, a participação no Conselho Sindical Internacional (CSI), bem como no seu executivo.

Problemas como o desemprego e a precariedade afectam com a mesma gravidade Extremadura Espanhola e Alentejo, por ambos os territórios se situarem no interior dos seus países, lidando com o isolamento que a falta de vias de comunicação lhes causa e por ambos os territórios pertencerem a países que sofreram o mesmo tipo de chantagem por parte dos organismos europeus. A diferença é que a Extremadura, tratando-se de uma comunidade autónoma, apresenta maior autonomia para a resolução de problemas estruturais embora lide com a mesma escassez de meios financeiros e de falta de investimento público.